



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	019
PROC.	134/2018
C.M.	Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 889

De 04 de junho de 2018

Autógrafo nº 128/18 - Projeto de Lei Complementar nº 007/18

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Araraquara

Reformula o programa "IPTU Verde", que concede isenção parcial de Imposto Predial e Territorial Urbano para propriedades que conservarem área arborizada e adotarem outras medidas de interesse ambiental.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,

Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 29 (vinte e nove) de maio de 2018, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Ficam parcialmente isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) as propriedades que conservarem área arborizada e adotarem outras medidas de interesse ambiental, conforme definido nesta lei complementar.

Art. 2º As propriedades referidas no art. 1º são:

- I. Áreas construídas com menos de 1.000m², mantidas segundo a legislação vigente;
- II. Áreas construídas e não construídas com mais de 1.000m², mantidas segundo a legislação vigente;

Parágrafo único. As condições de manutenção das áreas para fins desta lei complementar serão especificadas por decreto do executivo.

Art. 3º Na hipótese prevista no inciso I do art. 2º desta lei complementar, terá direito a desconto no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de forma cumulativa para cada item abaixo, atingindo um desconto máximo de 20%, os contribuintes que:

- I. Instalarem sistema fotovoltaico: 10% (dez por cento) de desconto;
- II. Tenham área permeável superior a 30% (trinta por cento) da área total do imóvel: 6% (seis por cento) de desconto;
- III. Instalarem aquecimento hidráulico solar: 4% (quatro por cento) de desconto.

17106 25/06/2018 09:50:40 PROTOCOLO-CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	020
PROC.	134/2018
C.M.	Cav

Art. 4º Nas hipóteses previstas no inciso II do art. 2º desta lei complementar, os percentuais de isenção serão concedidos de acordo com o seguinte escalonamento:

Percentual de Área Arborizada na Propriedade	Percentual de Isenção do IPTU
Acima de 30% até 45%	10%
Acima de 45% até 80%	20%
Acima de 80%	40%

Art. 5º A concessão da isenção de que trata esta lei complementar fica condicionada:

- I. À apresentação de requerimento pelo proprietário do imóvel até 31 dia de julho do exercício anterior ao da concessão de isenção, cujo modelo será definido em ato da Diretoria de Gestão Ambiental do Departamento Autônomo de Água e Esgotos, assim como os documentos necessários à análise;
- II. À fiscalização e aprovação da Diretoria de Gestão Ambiental do Departamento Autônomo de Água e Esgotos – DAAE de:
 - a) enquadramento da propriedade na classe de isenção requerida, podendo haver reclassificação pelos técnicos competentes; e
 - b) condições de manutenção da área.

Parágrafo único. A isenção concedida por esta lei complementar deve ser requerida anualmente, submetida às condições deste artigo.

Art. 6º Verificadas as condições estabelecidas no artigo 5º desta lei complementar, a Diretoria de Gestão Ambiental do Departamento Autônomo de Água e Esgotos – DAAE comunicará a Coordenadoria Executiva de Administração Tributária da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças para que seja processado o benefício pleiteado.

Art. 7º O benefício instituído por esta lei complementar poderá ser usufruído a partir do exercício do ano de 2019, por meio de requerimento formulado na forma do inciso I do art. 5º desta lei complementar.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.




MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	021
PROCC.	134/2018
CM.	Con

Art. 10. Revoga-se a Lei nº 7.152, de 08 de dezembro de 2009.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018 (dois mil e dezoito).

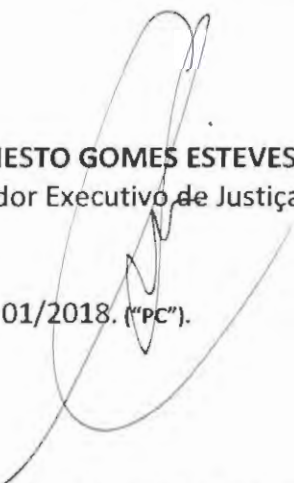


EDINHO SILVA
Prefeito Municipal



DONIZETE SIMIONI
Secretário de Gestão e Finanças

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Cidadania, na data supra.



ERNESTO GOMES ESTEVES NETO
Coordenador Executivo de Justiça e Cidadania

Arquivada em livro próprio 01/2018. ("PC").

.Publicada no Jornal "A Cidade", de Quinta-Feira, 21/junho/18 - Ano 113 - Exemplar nº 140.